

Observatório

S O C I A L D E C A S T R O



XIV PRESTAÇÃO DE CONTAS

Julho a Novembro de 2016

Conselho de Administração



Rubens Doi
Presidente

Jan Petter
Vice-Presidente
Institucionais e de Aliança

Paulo Nichelle
Vice-Presidente
Produtos e Metodologia

Luiz Strickert
Vice-Presidente
Controle Social

Manoel Carneiro
Vice-Presidente
Administrativos Financeiros

Conselho Fiscal



Germano Kugler
Titular

José Marioli Simão
Titular

Vergilho Carvalho
Titular

Maurício Barkema
Suplente

Conselho Consultivo



Abel Oliveira

Albert Barkema

André Okubo

Carlos Kugler

Conselho Consultivo



Dionísio Bertolini

Eduardo Medeiros

Frans Borg

Lino Lopes

Marcos Pereira

Walter Folmann

Equipe Operacional



Sibelly Bueno
Administrativo

Dreikiane Rolim
Estagiária

Camila Borges
Consultoria Jurídica
OAB/PR 70.403



Resultado Contábil do OSC

Julho a Novembro de 2016

DESCRIÇÃO	TOTAL ACUMULADO	ago/16	set/16	out/16	nov/16	TOTAL ACUMULADO
(+)CONTRIBUIÇÕES E DOAÇÕES VOLUNTÁRIAS	57.124,63	8.699,70	7.899,70	7.949,70	7.992,86	89.666,59
(-)TOTAL DAS DESPESAS	51.141,72	6.660,39	7.182,79	6.340,47	8.522,50	79.847,87
DESPESAS COM PESSOAL	11.662,11	2.150,00	2.150,00	2.150,00	6.260,59	24.372,70
SALARIOS E ORDENADOS	10.350,00	1.650,00	1.650,00	1.650,00	550,00	15.850,00
ESTAGIARIO	1.000,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
Hora Extra	312,11	-	-	-	-	312,11
13º SALARIO	-	-	-	-	-	-
FÉRIAS	-	-	-	-	2.210,59	2.210,59
AÇÃO TRABALHISTA	-	-	-	-	3.000,00	3.000,00
						-
ENCARGOS SOCIAIS	5.513,17	609,75	841,75	681,75	890,10	8.536,52
INSS	4.553,59	461,25	693,25	533,25	692,18	6.933,52
FGTS	852,96	132,00	132,00	132,00	170,31	1.419,27
PIS S/FOLHA PGTO	106,62	16,50	16,50	16,50	27,61	183,73
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	27.416,69	3.128,88	3.445,60	2.740,96	3.958,86	40.690,99
ALUGUES E CONDOMINIOS	4.550,00	650,00	650,00	650,00	650,00	7.150,00
MATERIAIS DE ESCRITORIOS	3.516,01	491,20	16,99	91,85	49,00	4.165,05
SERVIÇOS DE TERCEIROS	9.106,26	120,00	1.280,70	480,00	640,00	11.626,96
HONORARIOS	1.800,00	300,00	300,00	300,00	1.300,00	4.000,00
VIAGENS E REPRESENTAÇÕES	481,32	-	-	-	-	481,32
CONTRIBUIÇÃO OBS BRASIL	1.000,00	-	-	-	-	1.000,00
BENS DE PEQUENOS VALORES	981,11	80,00	-	-	-	1.061,11
OUTRAS DESPESAS	5.981,99	1.487,68	1.197,91	1.219,11	1.319,86	11.206,55
DEPRECIAÇÃO	1.793,66	255,70	255,70	255,70	255,70	2.816,46
DESPESAS FINANCEIRAS	1.231,24	68,46	50,46	64,46	125,18	1.539,80
PROVISÕES	3.524,85	447,60	439,28	447,60	- 2.967,93	1.891,40
PROVISÃO FÉRIAS E 13e SALARIO	3.524,85	447,60	439,28	447,60	- 2.967,93	1.891,40
SUPERAVIT	5.982,91	2.039,31	716,91	1.609,23	- 529,64	9.818,72

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30.11.2016

<u>ATIVO</u>		<u>EM 30.11.2016</u>	<u>PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO</u>		<u>EM 30.11.2016</u>
CIRCULANTE		10.752,77	CIRCULANTE		5.270,20
DISPONÍVEL		9.769,88			
CAIXA		1.072,47	OBRIGAÇÕES		5.270,20
BANCOS		2.000,00	EMPRESTIMOS		-
APLICAÇÃO FINANCEIRA		6.697,41	SALARIOS A PAGAR		500,00
			ENCARGOS SOCIAIS		926,09
CRÉDITOS		982,89	OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS		550,78
ADIANTAMENTOS		982,89	PROVISÕES		3.293,33
NÃO CIRCULANTE		3.980,31			
			PATRIMÔNIO LIQUIDO		9.462,88
INVESTIMENTOS		790,00	PATRIMONIO SOCIAL	-	355,84
PARTIC. EM O. EMPRESAS		790,00	SUPERÁVIT		9.818,72
SICREDI		790,00			
IMOBILIZADO TECNICO		3.190,31			
IMOBILIZADO TÉCNICO		15.709,90			
(-)DEPRECIÇÃO		- 12.519,59			
TOTAL DO ATIVO		14.733,08	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		14.733,08



Monitoramento Prefeitura de Castro

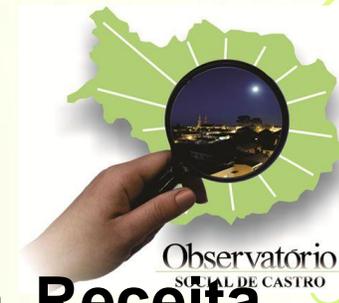


Gastos com Pessoal

Prefeitura de Castro

2012/2016

Lei de Responsabilidade Fiscal



Determina o limite legal de gastos com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL).

De acordo com a Lei, a despesa com pessoal no Município não pode ultrapassar 60% da RCL, assim distribuídos: 54% para o Executivo e 6% para o Legislativo.

Existem ainda dois limites de gastos com pessoal. O denominado “limite de alerta”, estabelecido em 90% do limite legal, ou seja, quando o Executivo atingir 48,6% da RCL, cabe ao Tribunal de Contas alertar sobre o fato. O outro é o “limite prudencial”, que chega a 95% do limite legal, 51,3% da RCL. Se o gestor verificar que ultrapassou os limites estabelecidos, deve tomar providências para se enquadrar no prazo de 08 meses.

Lei de Responsabilidade Fiscal

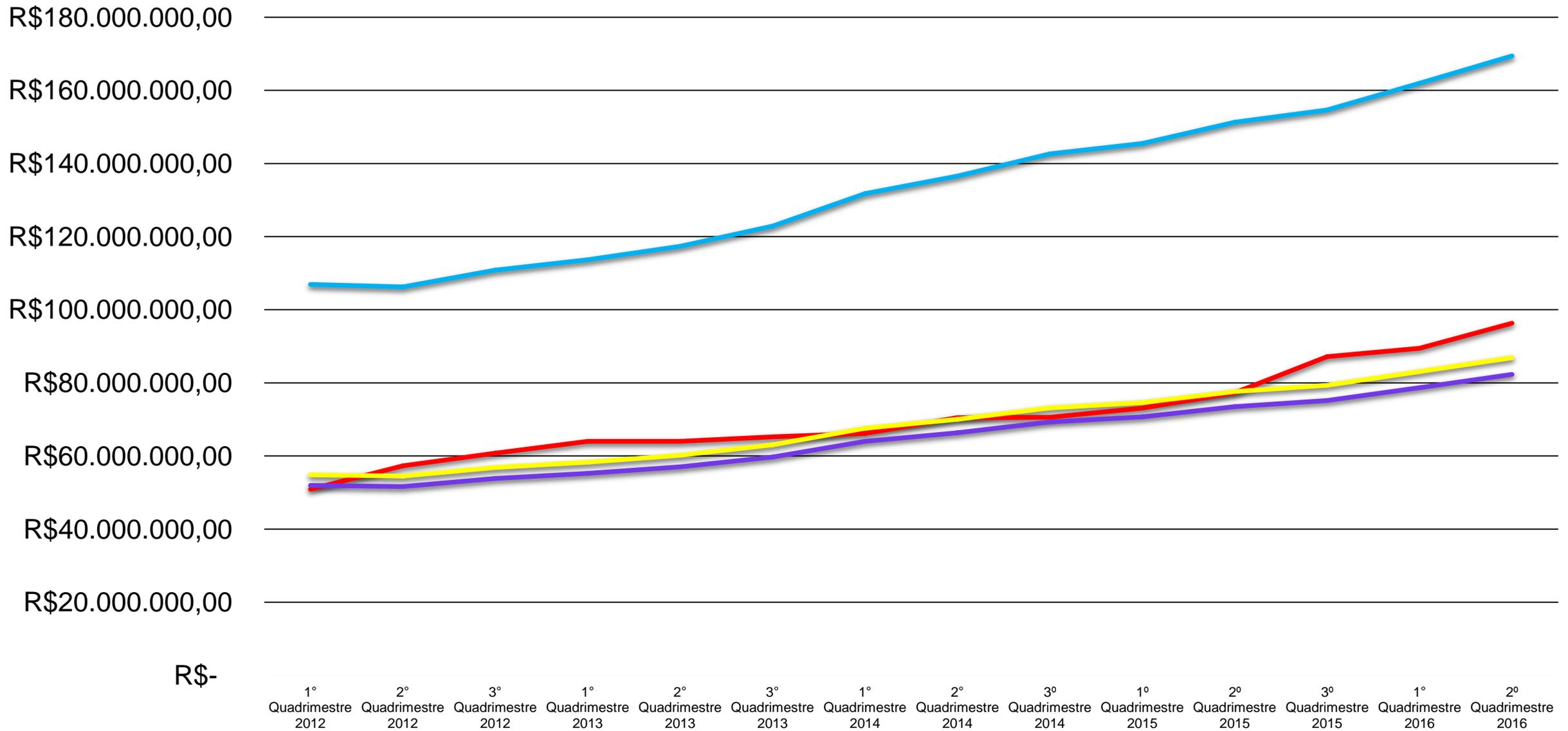


Entre as providências que o gestor deve adotar estão:

- Evitar o provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;**
- Redução de pelo menos 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;**
- Exoneração de servidores não estáveis;**

Se as medidas mencionadas ainda não forem suficientes para assegurar a adequação da despesa aos limites legais, poderão ser exonerados os servidores estáveis, desde que em conformidade com a especificação normativa prevista no § 4º, do artigo 169, da CF e na Lei Federal nº 9.801/99.

Quadrimestres	Total da despesa com pessoal	Receita Corrente Líquida	% do Total da despesa líquida com pessoal
1° Quadrimestre 2012	R\$ 50.896.740,73	R\$ 106.911.324,78	47,61%
2° Quadrimestre 2012	R\$ 57.288.794,53	R\$ 106.243.712,68	53,92%
3° Quadrimestre 2012	R\$ 60.783.820,80	R\$ 110.830.017,54	54,84%
1° Quadrimestre 2013	R\$ 63.999.170,98	R\$ 113.648.025,90	56,31%
2° Quadrimestre 2013	R\$ 63.995.395,65	R\$ 117.330.910,64	54,54%
3° Quadrimestre 2013	R\$ 65.223.977,57	R\$ 122.867.676,67	53,08%
1° Quadrimestre 2014	R\$ 66.200.256,89	R\$ 131.740.878,85	50,25%
2° Quadrimestre 2014	R\$ 70.492.809,61	R\$ 136.564.061,63	51,62%
3° Quadrimestre 2014	R\$70.593.377,73	R\$ 142.656.943,87	49,48%
1° Quadrimestre 2015	R\$ 73.102.038,28	R\$145.475.392,05	50,25%
2° Quadrimestre 2015	R\$ 77.271.337,59	R\$151.271.022,90	51,08%
3° Quadrimestre 2015	R\$ 87.144.765,66	R\$ 154.638.999,65	54,93%
1° Quadrimestre 2016	R\$89.430.824,20	R\$161.929.426,13	55,23%
2° Quadrimestre 2016	R\$96.289.733,22	R\$169.388.184,56	55,20%



- Total da despesa com pessoal
- Receita Corrente Líquida
- Valor recomendado de despesa com pessoal de acordo com limite prudencial 48,6%
- Valor limite recomendado de despesa 51,3%



INFRAÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E SUAS PENALIDADES

Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Lei Complementar nº 101/00.

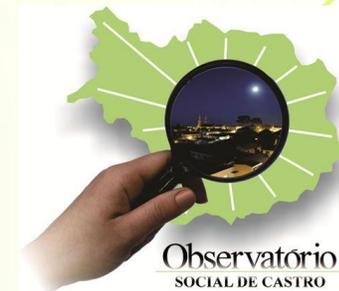
Elaboração do quadro “Infrações da Lei de Responsabilidade Fiscal e suas penalidades” da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

INFRAÇÕES	PENALIDADES
<p>Ultrapassar o limite de Despesa Total com Pessoal em cada período de apuração (LRF, art. 19 e 20).</p>	<p>Cassação do mandato (Decreto-Lei nº 201, art. 4º, inciso VII).</p>
<p>Expedir ato que provoque aumento da Despesa com Pessoal em desacordo com a lei (LRF, art. 21).</p>	<p>Nulidade do ato (LRF, art. 21); Reclusão de um a quatro anos (Lei nº 10.028/2000, art. 2º).</p>
<p>Expedir ato que provoque aumento da Despesa com Pessoal nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão (LRF, art. 21).</p>	<p>Nulidade do ato (LRF, art. 21, § único); Reclusão de um a quatro anos (Lei nº 10.028/2000, art. 2º).</p>
<p>Deixar de adotar as medidas previstas na LRF, quando a Despesa Total com Pessoal do respectivo Poder ou órgão exceder a 95% do limite (LRF, art. 22).</p>	<p>Reclusão de um a quatro anos (Lei nº 10.028/2000, art. 2º). Proibições previstas em lei (LRF, art. 22, § único).</p>
<p>Deixar de adotar as medidas previstas na lei, quando a Despesa Total com Pessoal ultrapassar o limite máximo do respectivo Poder ou órgão (LRF, art. 23).</p>	<p>Reclusão de um a quatro anos (Lei nº 10.028/2000, art. 2º).</p>



Monitoramento das compras Prefeitura de Castro

Licitações de julho a novembro 2016



Modalidade	Total
Pregão Presencial	82
Pregão Eletrônico	09
Dispensa	66
Tomada De Preço	09
Concorrência Pública	03
Leilão	0
Inexigibilidade	35
Total Geral:	204



Ofícios emitidos referente a processos licitatórios e outras solicitações

Ofícios de julho a novembro 2016



Destino	Total enviado	Acatado	Não acatado
Prefeitura	31	17	14
Câmara	1	0	1
Ministério Público	38	Procedimento em andamento	

- De todos os procedimentos que foram encaminhados à Câmara e que deveriam ser objetos de investigação, processamento e posterior julgamento no plenário, 100% não ocorreram.

licitação

secretário-geral
deverem vir trabalho
deveria criar diferente
capaz concorrência programa
sociedade governo
Marcondes servidor forma dados sabe
declarações feito defender
qualquer problema determinada passa
milhões patrocina dineta beleza Judiciário princípios ter
ideia responsável farem Peluso dinheiro considerou mesma impensadas
oferece dentro igualdade conselheiros Conselho sob
técnica/produto/trabalho passageiros Fazer
Lei acima chamado ser produto caso exemplo da antes preço único Oracle alguém CNJ
realização Penal empresa
mesmos casos representante preestabelecidos tempo melhor interesse presidente escolher agir
ocorrido 8.666/93
vai mal preferência grave divulga licitações fornecedor preferências escolha similaridade
colegiado art banco manda tomada Código objetivos desnecessariamente imagine imparcial fazer confiar
passa gerar hoje software Florida mais relação ocorre deve licitantes propostas transportar
adversaria realizado
outras avião outros avião acontece panda mencionar crime
exclusivas disse todos manifestação público

Lei 8.666, De 21 De Junho De 1993



Licitação é o processo administrativo em fase preliminar que precede ao contrato entre o licitante e a administração pública.

A finalidade da licitação deve ser sempre atender o interesse público, buscar a proposta mais vantajosa, deve haver igualdade de condições, bem como os demais princípios resguardados pela constituição. Vale ressaltar que nem sempre a posposta mais vantajosa é a de menor preço.

O processo licitatório deve ser regido pelos princípios constitucionais: isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, proibidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e outros correspondentes, se assim houver. (Art. 3º)

Modalidades:



- **Concurso** - Ocorrerá a escolha de trabalho científico, artístico, ou técnico com prêmio ou remuneração aos vencedores. A escolha do vencedor será feita por uma comissão julgadora especializada na área.
- **Leilão** – Versa sobre a venda de bens inservíveis para a Administração Pública, de mercadorias legalmente apreendidas, de bens penhorados e de imóveis adquiridos pela Administração por dação em pagamento ou por medida judicial.
- **Concorrência** - Ocorre quando trata-se de concessão de direito real de uso, de obras ou serviços públicos.
- **Tomada de Preço** - É a espécie que necessita de um certificado do registro cadastral (CRC), ou seja, necessita comprovar os requisitos para participar da licitação até o terceiro dia anterior ao término do período de proposta.
- **Convite** - Não requer publicação de edital. Trata-se de uma contratação mais rápida. Os interessados sejam cadastrados ou não, são escolhidos e convidados em número mínimo de três licitantes habilitados, mas é vedado pelo TCE-PR.



Obras e
serviços de
engenharia

Concorrência

Acima de
R\$ 1,5 milhão

Tomada
de Preços

Até
R\$ 1,5 milhão

Convite

Até
R\$ 150 mil

Demais
licitações

Acima de
R\$ 650 mil

Até
R\$ 650 mil

Até
R\$ 80 mil

CONTRATAÇÃO DIRETA



Em regra, a licitação para contratação com a Administração será obrigatória havendo, no entanto, situações em que ela será: inexigível, dispensável.

DISPENSA:

A competição é viável, mas pela vontade do legislador permitiu-se a dispensa. A lei autoriza a não realização de licitação por critérios de conveniência ou oportunidade, se tratando, portanto, de ato discricionário. Na prática, é possível a licitação. Exemplos: Contratações de pequeno valor; por emergência ou calamidade.

INEXIGÍVEL :

A licitação será inexigível sempre que houver inviabilidade ou impossibilidade jurídica de competição em razão de: Exemplos: Fornecedor exclusivo ou objeto singular, contratação de serviços técnicos profissionais especializados, à exceção de serviços de publicidade e contratação de artistas consagrados.

Lei nº 10.520, de 17 de Julho de 2002



O pregão é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns em que são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

A grande inovação do pregão se dá pela inversão das fases de habilitação e análise das propostas. Dessa forma, apenas a documentação do participante que tenha apresentado a melhor proposta é analisada.

Além disso, a definição da proposta mais vantajosa para a Administração é feita através de proposta de preço escrita e, após, disputa através de lances verbais.

Após os lances, ainda pode haver a negociação direta com o pregoeiro, no intuito da diminuição do valor ofertado.

Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002
Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005



O procedimento do Pregão Eletrônico segue as regras básicas do pregão comum, mas deixa de ocorrer a presença física do pregoeiro e dos participantes, tendo em vista que as comunicações são feitas por via eletrônica.

Em consequência, a apresentação das propostas, bem como a posterior fase de lances e negociação do pregoeiro com o licitante vencedor da etapa competitiva, para fins de ajustar os preços, e bem assim todos os demais atos que integram a fase externa desse procedimento licitatório, serão realizados por meio da *Internet*, cujo provedor eletrônico será disponibilizado e gerenciado pela Administração Pública.



SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013

O registro de preços é um sistema utilizado pelo Poder Público para aquisição de bens e serviços em que os interessados concordam em manter os preços registrados pelo “órgão gerenciador”. Estes preços são lançados em uma “ata de registro de preços” visando as contratações futuras, obedecendo-se as condições estipuladas no ato convocatório da licitação.



Monitoramento entrega material hospitalar

Pregão Eletrônico 094/2016



Monitoramento entrega material hospitalar

Das dezoito entregas monitoradas pelo OSC, cinco foram detectadas irregularidades.

Exemplo:

- o valor total da nota R\$ 2.650,50, 80,76% correspondia a produtos que estavam em desacordo com o produto licitado, ou seja, 80% do total dos produtos entregues apresentava discordância do produto adquirido através do certame.**

Enviado ofício à Prefeitura solicitando esclarecimentos. Fomos informados que tratava-se de materiais similares e que a Secretaria de Saúde aceitaria a entrega irregular devido a “demanda de uso dos mesmos ser representativa”.

Reuniões realizadas com entes públicos



Data	Local	Assunto
22/07/2016	Secretaria de Saúde	Acompanhamento de entregas
16/08/2016	Ministério Público	Diversos
30/09/2016	Secretaria de Saúde	Irregularidade recebimento licitação
04/10/2016	Ministério Público	Diversos
17/11/2016	Ministério Público	Diversos
24/11/2016	Ministério Público	Diversos

Garantia do servidor (a) público em relação ao cidadão



DESACATO AO FUNCIONÁRIO

*Art. 331 do
Código Penal*

*Desacatar
funcionário público
no exercício da
função.*

*Pena - detenção, de 6 (seis)
meses a 2 (dois) anos, ou
multa.*

Garantia do cidadão em relação ao servidor (a) público



Lei Complementar nº 13/2007 - Regime Jurídico do Servidor Público do Município de Castro:

Art.117 . São deveres do servidor:

I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

II - ser leal às instituições a que servir;

III - observar as normas legais e regulamentares;

IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

V - atender com presteza:

a)- ao público em geral, prestando informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

b)- a expedição de certidões requeridas para a defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;

c)- às requisições para a defesa da Fazenda Pública;

Garantia do cidadão em relação ao servidor (a) público



VI - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;

VII - zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

VIII - guardar sigilo sobre assunto da repartição;

IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

X - ser assíduo e pontual ao serviço;

XI - tratar com urbanidade as pessoas;

XII - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

XIII - conhecer a legislação aplicável ao seu campo de atividades, em especial este Estatuto, e

XIV - manter-se profissionalmente atualizado para o correto desempenho de suas responsabilidades funcionais.

Parágrafo Único - *A representação de que trata o inciso XII será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representado ampla defesa.*

Cargos em comissão da Prefeitura



Lei Complementar nº 13/2007 - Regime Jurídico do Servidor Público do Município de Castro:

Art.23. A frequência será apurada por meio de ponto, centralizado seu controle na Secretaria Municipal responsável pela administração de pessoal.

Art.24. O ponto é o registro pelo qual verificar-se-ão diariamente, a entrada e saída dos servidores em serviço.

Parágrafo Único - Salvo nos casos expressamente previstos em Lei ou regulamento, é vedado dispensar o servidor de registro de ponto e abonar faltas ao serviço.

Cargos em comissão da Prefeitura



O OSC elaborou análise dos dados dos cartões-ponto fornecidos pela prefeitura, o serviço durou quase um ano, chegando a seguinte conclusão:

ANÁLISE DE CARTÕES-PONTO DOS CARGOS COMISSIONADOS - NOV/14 A NOV/15 (13 MESES)

OCORRÊNCIAS	Total Dias	Custo (R\$)
ATESTADOS MÉDICOS	325	
DECLARAÇÕES	69	
BANCO DE HORAS	71	
FOLGA	29	
FOLGA DESCONTADO EM BANCO DE HORAS	59	
ABONADO PELA COORDENAÇÃO	274	
PONTO FACULTATIVO	124	
RECESSO	1072	
LICENÇA CASAMENTO	11	
LICENÇA PATERNIDADE	12	
LICENÇA MATERNIDADE	164	
LICENÇA REMUNERADA	74	
ÓBITO NA FAMÍLIA	17	
FALTA DE ENERGIA	6	
REUNIÃO	33	
PROBLEMA NO PONTO	241	
Curso/Estudo/ Conferência	166	
DISPENSA	157	
FÉRIAS	1926	
FALTAS SEM DESCONTO	346	
ESQUECER DE REGISTRAR PONTO	116	
RESUMO:		
TOTAL DE SERVIÇOS NÃO PRESTADOS COM JUSTIFICATIVAS E RENUMERADOS	5.292	1.133.327,75
DIAS ÚTEIS TRABALHADOS LÍQUIDOS	16.322	3.588.871,20
TOTAL DIAS A SEREM TRABALHADOS	21.614	4.722.198,95
DIAS NÃO TRABALHADOS	3.162	690.829,70
A PLANILHA ACIMA NÃO INCLUI SERVIDORES QUE RECEBERAM SEM COMPROVAÇÃO DE REGISTRO PONTO (35,17% DO CUSTO TOTAL)		2.562.298,51
CUSTO TOTAL DA FOLHA DE PAGAMENTO		7.284.497,46



Notícias de fato - Ministério Público

Legenda:

- **Ação Civil Pública.**
- **Procedimento Preparatório e/ou Inquérito Instaurado.**
- **Sem alteração no status.**

Legenda	Modalidade	Nº Processo	Objeto	Nº ofício	Data Protocolo	Nº de inquérito	Status
	Inexigibilidade	012/2013	Taxa de anuidade UNDIME-PR	011/2014	05/02/2014	0031.14.000104-6 AC 880-17.2016.8.16.0064	Ação Civil Pública – liminar concedida
	Inexigibilidade	011/2013	Disdiários	038/2014	19/02/2014	0031.14.000083-2	Prorrogado IC 22/03/2016
	Inexigibilidade	007/2013 012/2014 035/2015	Pagamento Taxa de anuidade AMCG	035/2014	19/02/2014	0031.14.000105-3 Inquérito Instaurado AC 877-62.2016.8.16.0064	Ação Civil Pública – liminar concedida
	Inexigibilidade	006/2013	Anuidade AMP Esclarecimentos quanto ao erro de digitação	33/2014 38/2016	19/02/2014 16/03/2016	0031.14.000106-1 AC 878-47.2016.8.16.0064	Ação Civil Pública – liminar concedida
	Tomada de Preço	002/2014	Reforma telhado HAFM	034/2014 087/2014	24/03/2014 20/05/2014	0031.14.000122-8	IC Instaurado 08/04/2015
	Denuncia	-	Bens públicos usado por particulares (Juntado ao processo já existente)	055/2015	10/04/2015	0031.14.000268-9	Prorrogado IC 11/12/2015 Arquivado em 07/12/2016

Legenda	Modalidade	Nº Processo	Objeto	Nº ofício	Data Protocolo	Nº de inquérito	Status
●	Carta Convite Inexigibilidade Inexigibilidade	003/2013 053/2014 054/2014	Serviços Jurídicos	104/2015	19/05/2015	0031.15.000405-4	IC Instaurado 17/09/2015
●	Denuncia	-	Relatório médicos	317/2015	18/12/2015	0031.16.000084-5	IC Instaurado 06/09/2016
●	Tomada de Preço	004/2015	Reforma de ampliação cemitério V.R.B.	136/2015	08/07/2015	0031.15.000465-8	IC Instaurado 23/11/2015
●	Pregão Presencial	052/2015	Locação de caminhões Caçamba para transporte de materiais e cascalho	083/2015	07/05/2015	0031.15.000226-4	IC Instaurado 17/12/2015
●	Pregão Presencial	070/2014	Mão de obra e peças para frota municipal	105/2015	19/05/2015	0031.15.000240-5	IC Instaurado 14/12/2015

Legenda	Modalidade	Nº Processo	Objeto	Nº ofício	Data Protocolo	Nº de inquérito	Status
●	Pregão Presencial	114/2014	Locação de máquinas e equipamentos para terraplanagens	111/2015	27/05/2015	0031.15.000396-5	IC Instaurado 08/09/2015
●	Pregão Presencial	115/2015	Aquisição de cascalho	054/2015	10/04/2015	0031.15.000202-5	IC Instaurado 14/05/2015
●	Denuncia	-	Bifurcação/Cruzo	016/2016 038/2016 135/2016	27/01/2016 04/03/2016 26/08/2016	-	Arquivado Solicitado reabertura
●	Pregão Presencial	021/2015	Ausência de resposta executivo Mecânica auto elétrica	015/2016 105/2016 129/2016	27/01/2016 20/06/2016 02/08/2016	Procedimento Preparatório 0031.16.000250-2	Comunicado em reunião 24/11/2016, aguardando notificação.

Legenda	Modalidade	Nº Processo	Objeto	Nº ofício	Data Protocolo	Nº de inquérito	Status
●	Pregão Presencial	034/2014	Serviços de mecânica em geral, veículos pesados à diesel e veículos frota de bombeiros		24/02/2016 13/09/2016 13/10/2016	Procedimento Preparatório 0031.16.000250-2	Comunicado em reunião 24/11/2016, aguardando notificação.
●	Denuncia	-	Alvarás de funcionamento estabelecimentos	19/2016	11/02/2016	0031.12.000068-7	Prorrogado IC 20/06/2016
●	Denuncia	-	Disponibilização processos na integra legislativo	20/2016 62/2016	11/02/2016 06/04/2016	0031.12.000068-7	Prorrogado IC 20/06/2016
●	Denuncia	-	Gasto com Pessoal 3º Quadrimestre 2015 e 1 quadrimestre 2016	064/2016 87/2016	13/04/2016 23/05/2016	Procedimento Preparatório 0031.16.000251-0	Comunicado em reunião 24/11/2016, aguardando notificação.
●	Denuncia	020/2014 052/2015	Transporte de cascalho (empenhos pagos e emitidos fora do prazo de vigência ata de registro de preço)	134/2016	16/08/2016	-	-
●	Denuncia	-	PDV (Pedido de Desligamento Voluntário)	139/2016	23/08/2016	-	-
●	Denuncia	-	Licença período Político	142/2016	23/08/2016	0031.16.000532-3	Ofício recebido 07/12/2016

Legenda	Modalidade	Nº Processo	Objeto	Nº ofício	Data Protocolo	Nº de inquérito	Status
●	Denuncia	-	Pagamentos excedentes TP 08/2013 (empresa de publicidade)	143/2016	23/08/2016	-	-
●	Pregão Presencial	224/2015	Notícia de Fato - Potencial ilegalidade - Contrato	108/2016	06/07/2016	-	-
●	Denuncia	-	Escala de Plantões Médicos Empresa Terceirizada - Ausência de Informação	123/2016 145/2016	25/07/2016 19/08/2016	Procedimento Preparatório 0031.16.000250-2	Aguardando Informações.
●	Denuncia	-	Zona Verde	313/2015 21/2016	18/12/2015 11/02/2016	Procedimento Preparatório 0031.16.000096-9	Arquivado comunicado em reunião 24/11/2016, aguardando notificação.
●	Inexigibilidade	028/2016	Taxa de arbitragem AMCG ausência de Informação	103/2016	15/06/2016	Procedimento Preparatório 0031.16.000250-2	Comunicado em reunião 24/11/2016, aguardando notificação.
●	Denuncia	-	Portal de Transparência - Ícones Frotas Ausência de Informação	146/2016	19/08/2016	Procedimento Preparatório 0031.16.000250-2	Comunicado em reunião 24/11/2016, aguardando notificação.

Legenda	Modalidade	Nº Processo	Objeto	Nº ofício	Data Protocolo	Nº de inquérito	Status
●	Denuncia	-	Informações acerca dos cargos comissionados do Poder Executivo, dispensas realizadas - Ausência de Informação.	106/2016	20/06/2016	Procedimento Preparatório 0031.16.000250-2	Comunicado em reunião 24/11/2016, aguardando notificação.
●	Denuncia	-	Informações acerca do Decreto 210/2016 - Fiscal de contrato Ausência de Informação	109/2016	23/06/2016	Procedimento Preparatório 0031.16.000250-2	Comunicado em reunião 24/11/2016, aguardando notificação.
●	Denuncia	-	Solicita Informações sobre o projeto inicial programa minha casa minha vida. ausência de resposta executivo Informando resposta insatisfatória perante o executivo	120/2016 124/2016	11/07/2016 28/07/2016	-	-
●	Denuncia	-	Despesas - Revezamento Tocha Olímpica Ausência de informações	148/2016	26/08/2016	Procedimento Preparatório 0031.16.000250-2	Comunicado em reunião 24/11/2016, aguardando notificação.
●	Denuncia	20/2014	Transporte de cascalho - empenhos fora do prazo de vigência da ata de registro de preço	134/2016	16/08/2016	-	-

Legenda	Modalidade	Nº Processo	Objeto	Nº ofício	Data Protocolo	Nº de inquérito	Status
	Denuncia	-	Noticia de Fato - Potencial Crime de Improbidade (Gasto Com Pessoal 2º Quadrimestre 2016)	167/2016	23/09/2016	Procedimento Preparatório 0031.16.000251-0 Instaurado IC	Comunicado em reunião 24/11/2016, aguardando notificação.
	Pregão Presencial	176/2014	Transporte escolar de alunos da rede pública de ensino, residentes na zona rural - ausência de informações	173/2016	04/10/2016	Procedimento Preparatório 0031.16.000250-2	Comunicado em reunião 24/11/2016, aguardando notificação
	Pregão Presencial	121/2016	Contratação de Serviços de Segurança Ausência de Informação	176/2016	04/10/2016	Procedimento Preparatório 0031.16.000250-2	Comunicado em reunião 24/11/2016, aguardando notificação
	Pregão Presencial	125/2016	Prestação de Serviços Elétricos e Montagens - Ausência de Informação	174/2016	04/10/2016	Procedimento Preparatório 0031.16.000250-2	Comunicado em reunião 24/11/2016, aguardando notificação
	Denuncia	-	Relação de Cargos Comissionados e Respectivas Funções	177/2016	06/10/2016	-	-

Legenda	Modalidade	Nº Processo	Objeto	Nº ofício	Data Protocolo	Nº de inquérito	Status
●	Dispensa	127/2016	Concurso público para os cargos de agrônomo, arquiteto, analista de informática, assistente social, biólogo, bibliotecário, cirurgião dentista, historiador, médico anestesiologista, médico clínico geral, médico ginecologista, médico da família PSF, médico pediatra, médico plantonista, médico psiquiatra, tecnólogo em gestão pública, turismólogo e veterinário.	179/2016	13/10/2016	Procedimento Preparatório 0031.16.000251-0 Instaurado IC	Comunicado em reunião 24/11/2016, aguardando notificação
●	Pregão Presencial	142/2016	Aquisição de gêneros alimentícios da merenda escolar - Entrega - Ausência de Informação	215/2016	17/11/2016	Procedimento Preparatório 0031.16.000250-2	Comunicado em reunião 24/11/2016, aguardando notificação
●	Pregão Presencial	077/2016	Programação da entrega/carregamento do cascalho, referente ao pregão presencial 77/2016 Aquisição de cascalho fino retirado da jazida para manutenção e conservação de vias e estradas municipais - Ausência de Informação.	213/2016	17/11/2016	Procedimento Preparatório 0031.16.000250-2	Comunicado em reunião 24/11/2016, aguardando notificação
●	Solicitação Promotora	-	Relatório Controle de Horas Cargos em Comissão - Prefeitura	216/2016	24/11/2016	-	-



Monitoramento Câmara de Castro

Monitoramento Câmara de Castro



“**Art. 31.** A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.”

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Processos licitatórios julho a novembro 2016



Modalidade	Total
Pregão Presencial	02
Dispensa	01
Inexigibilidade	01
Tomada de Preço	01
Total Geral	05

Ofícios enviados à Câmara de Castro



Assunto	Total
Documento Solicitado.	01
Total Geral	01

- Por existir cargos com as mesmas nomenclaturas e atribuições e com salários em discrepância nos Poderes Executivo e Legislativo, fora solicitado informações sobre a matéria na Câmara. Na resposta a Câmara informou que realizaria estudo sobre as atribuições dos cargos.



PORTARIA Nº. 32/2016

O Presidente da Câmara Municipal de Castro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:-

Art. 1º. Designar os servidores: Daniel Moraes Pedroso - matrícula 39-1, Ilsemarie Hampf - matrícula 01-1 e Patrícia de Mello Fontoura Selmer - matrícula 06-1, a fim de que promovam estudos e, se preciso for, a revisão das atribuições dos cargos do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Castro.



***Produção vereadores de julho a novembro de 2016**

*Fonte: http://sapl.castro.pr.leg.br/generico/materia_pesquisar_form?incluir=0

Vereador (a)	Requerimento	Indicação	Projetos de Lei
Aline Sleutjes	07	06	-
Antônio Sirlei	04	02	-
Gerson Sutil	-	03	01*
Herculano da Silva	04	04	-
Itari Cropolato	04	01	-
Joel Elias Fadel	05	01	04**
José Otavio Nocera	02	01	01***
Luiz Cesar Canha Ferreira	05	02	-
Maria de F. Barth Antão	04	-	03****
Paulo Cesar de Farias	04	06	-
Regiane Batista Severino	03	-	-

Projetos de autoria da prefeitura	-	-	39
--	----------	----------	-----------

Projetos da Câmara julho a novembro de 2016



Projeto de Lei Ordinária – PLO:

*** Nomeação de praça;**

**** Título de cidadã benemérita (Therezinha Anunciata Flores Amato e Julieta Signorelli, nomeação de rua, nomeação de praça;**

***** Nomeação de estrada e**

****** Denominação de escola, nomeação de avenida e ruas (loteamento Terra Nova), Utilidade Pública (Centro Espírita Jesus Perante a Cristandade).**

Projetos enviados pela prefeitura à câmara julho a novembro de 2016



Projeto de Lei Complementar - PLC:

PLC 3;4/2016: princípios e diretrizes para desenvolvimento sustentável (plano diretor de Castro);

PLC 5/2016: plano de mobilidade de Castro (modos de transporte, acessibilidade, mobilidade das pessoas e cargas do município);

PLC 6/2016: atualizar perímetro urbano;

PLC 7/2016: atualizar zoneamento e formas de uso e ocupação do solo e o sistema viário do município;

PLC 8/2016: alteração do parcelamento do solo no município;

PLC 9/2016: ordenação dos anúncios que compõem a paisagem urbana no município.

*Fonte: http://sapl.castro.pr.leg.br/generico/materia_pesquisar_form?incluir=0

Projetos enviados pela prefeitura à câmara julho a novembro de 2016



Projeto de Lei Ordinária - PLO:

13 PLO – crédito adicional;

PLO 73/2016: prorrogação do período de desligamento voluntário;

PLO 77/2016: geração de empregos e aumento de arrecadação através de incentivo à industrialização e implantação de empresas.

PLO 78/2016: alienação de lote urbano – situado na Colônia Santa Clara;

PLO 79/2016: concessão de uso de terrenos públicos na Colônia Santa Clara;

PLO 80/2016: atualização do programa família acolhedora;

PLO 81/2016: autorização de permuta de área de propriedade do município;

PLO 85/2016: ceder servidores ao TJ-PR;

Projetos enviados pela prefeitura à câmara julho a novembro de 2016



Projeto de Lei Ordinária - PLO:

PLO 88/2016: concessão de uso de bem público sem ônus a rede feminina de combate ao câncer;

PLO 89/2016: concessão de direito real de uso terrenos públicos distrito industrial I;

PLO 91/2016: estima receita e fixa despesas para o exercício financeiro 2017;

PLO 92/2016: disciplina art.41 plano diretor municipal;

PLO 95/2016: alteração Lei 2094/2009 – mudança fórmula para cálculo financeiro;

PLO 98/2016: regulamentação estudo de impacto de vizinhança;

PLO 99/2016: desafetação e doação de área para Associação Antônio e Marcos Cavanis;

Projetos enviados pela prefeitura à câmara julho a novembro de 2016



Projeto de Lei Ordinária - PLO:

PLO 100/2016: autorizado desligamento voluntário quando limite de gasto com pessoal estiver ultrapassado.

PLO 102/2016: transferência de conselho municipal de políticas sobre drogas à secretaria de segurança pública.

PLO 103/2016: doação de imóvel à entidade Ação Social e Assistência Nossa Senhora do Rosário;

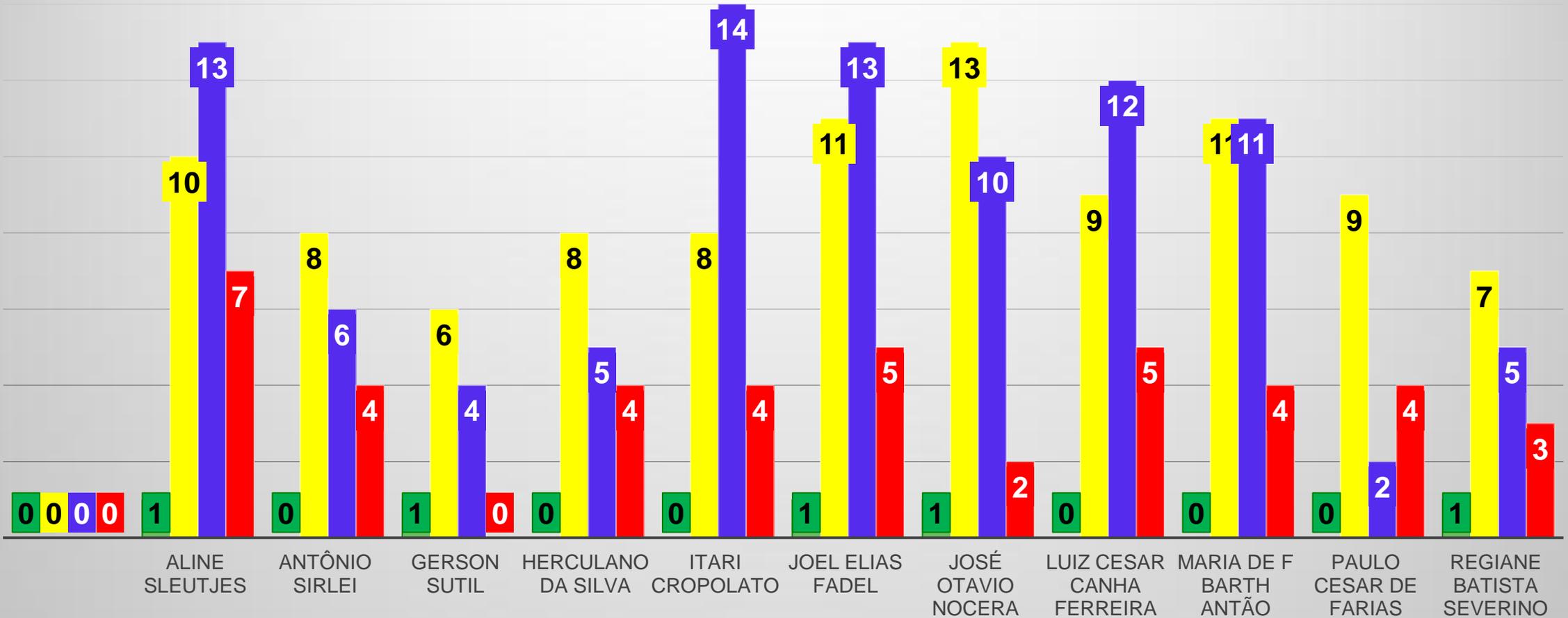
PLO 110/2016: autorização de pagamento de acordo judicial - Autos nº. 00018476220168160064.



Comparativo produção vereadores ref. junho/2015 a novembro/2016

http://sapl.castro.pr.leg.br/generico/materia_pesquisar_form?inclui=0

Requerimentos



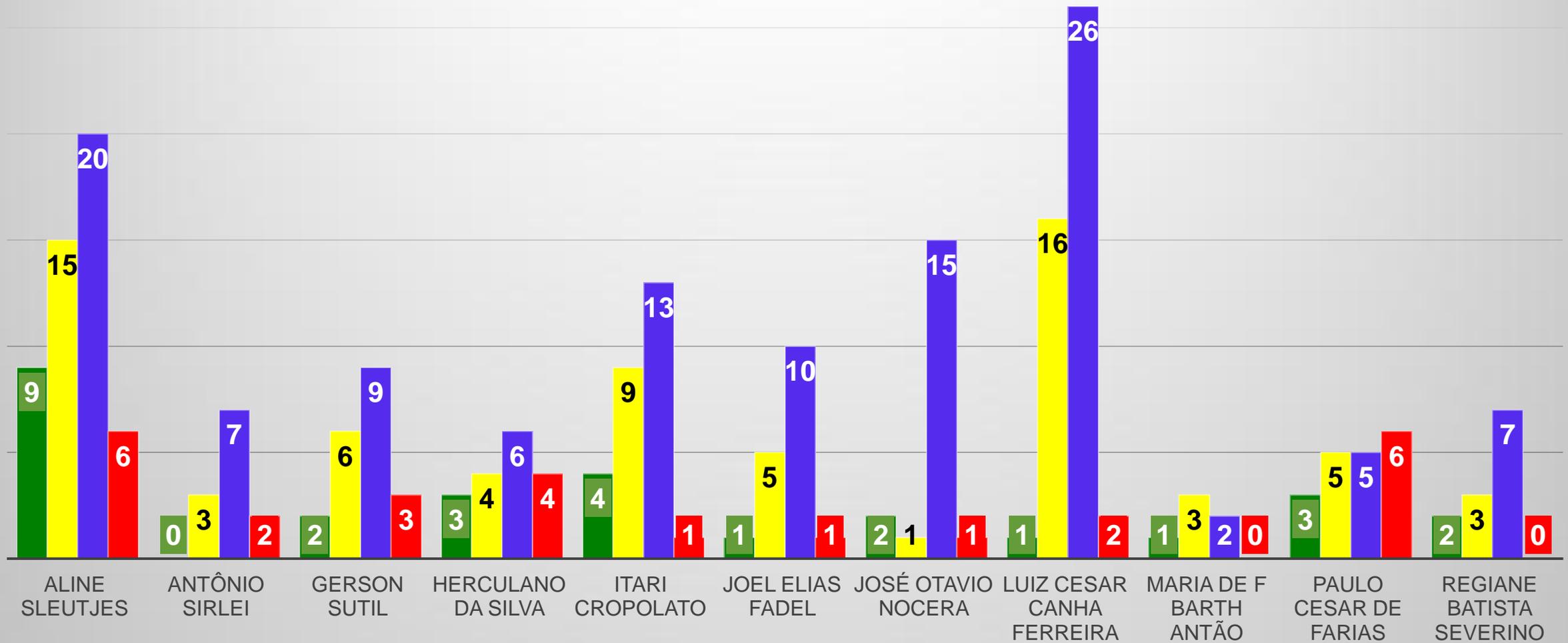
■ Junho a Outubro de 2015

■ Novembro /2015 - Fevereiro/2016

■ Março a Junho/2016

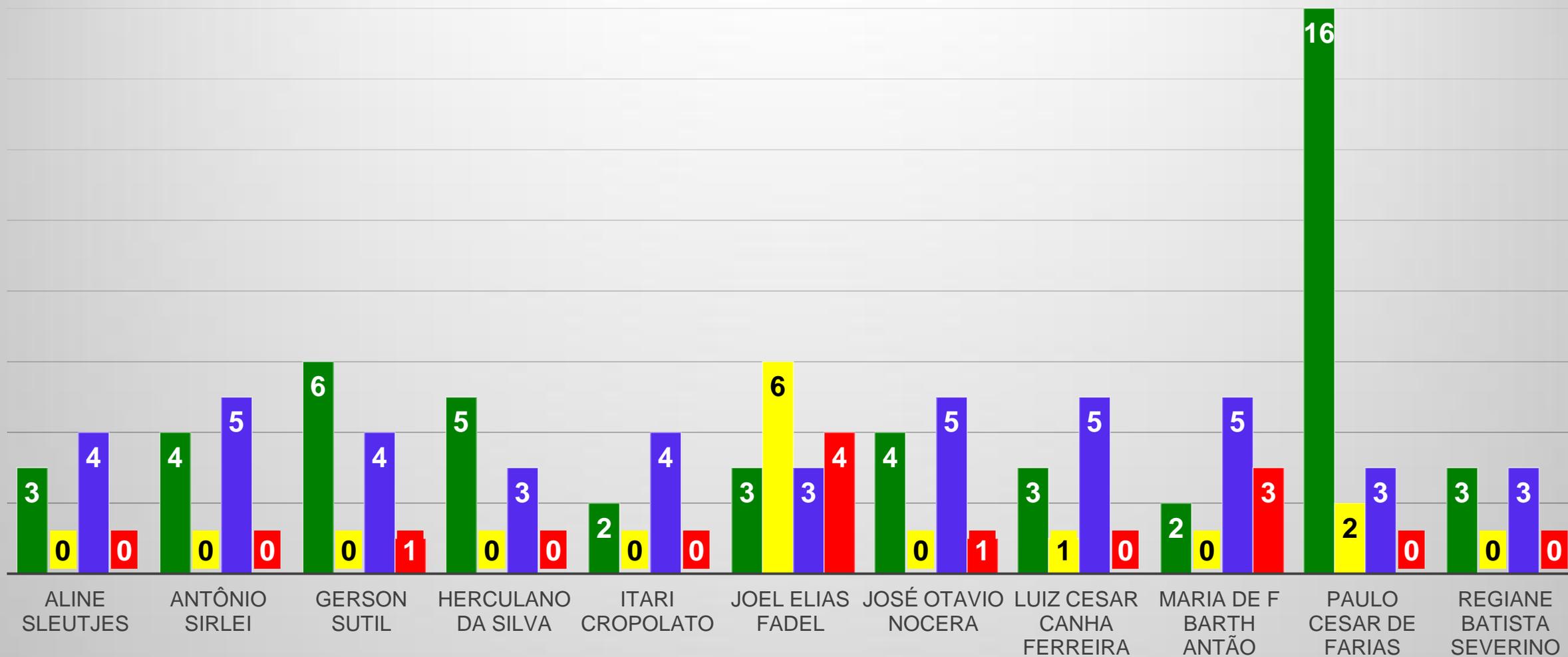
■ Julho a Novembro/2016

Indicação



■ Junho a Outubro de 2015 ■ Novembro /2015 - Fevereiro/2016 ■ Março a Junho/2016 ■ Julho a Novembro/2016

Projetos de Lei



■ Junho a Outubro de 2015 ■ Novembro /2015 - Fevereiro/2016 ■ Março a Junho/2016 ■ Julho a Novembro/2016



**Vereador não é profissão,
é uma missão de cidadania!**



“O Estado é o que é porque seus cidadãos são o que são. Portanto, não devemos esperar ter melhores estados enquanto não tivermos homens melhores [...]”

Platão



**Obrigada pela presença
de todos!**